

SITUAÇÃO DA AGRICULTURA

— Outubro de 1982 —

Em outubro, foi acelerado o plantio das culturas de verão em todo o Estado, tendo em vista as dificuldades apresentadas em setembro, tanto em relação às condições climáticas como às relativas à liberação de crédito de custeio pelos agentes financeiros. Nesse mês, surgiram inúmeras reivindicações do setor sobre a correção dos Valores Básicos de Custeio (VBC), principalmente para soja, milho, arroz e amendoim, face aos elevados custos de produção e à baixa cobertura desses custos pelos VBCs. Ao mesmo tempo, devido aos baixos preços de mercado para quase todos os produtos agrícolas, que nos últimos 12 meses subiram apenas 70,6% (FVG), para uma inflação de 95,9% e um INPC crescendo em 97,0%, os produtores têm reivindicado uma correção nos preços bases de garantia, liberados em julho de 1982, principalmente no caso do arroz, soja, e amendoim. Essa situação caracterizou um pessimismo generalizado no setor, cujas avaliações preliminares em setembro indicaram um decréscimo na área cultivada em São Paulo em torno de 6% (IEA), contrariando afirmações mais otimistas que indicavam crescimento da área cultivada no ano agrícola 1982/83.

Quanto às mudanças na política agrícola, continuam as discussões sobre as tendências de retirada de subsídio creditício e sua transferência para os preços de garantia, sobre as cotações dos insumos e redução na tributação direta que incide nos bens agrícolas, principalmente para exportação. Essas mudanças parecem claras pela redução dos subsídios creditícios através dos baixos níveis de VBC, redução na cobertura dos VBC para os médios e grandes produtores e o fornecimento de crédito de custeio suplementar a uma taxa de juros de 12% a.a. mais a variação da ORTN nos últimos 12 meses, o que poderá resultar em taxa superior a 100% a.a.. Quanto às demais, que deveriam beneficiar o setor, poucas delas foram implementadas até o momento.

Em outubro, o Governo Federal construiu o Ministério de Estado Extraordinário para Assuntos Fundiários para cuidar do problema fundiário, até então conduzido pelo INCRA, e formalizou o Programa Nacional de Política Fundiária, com o objetivo de:

a) ativar a efetiva realização das metas do Governo na regulamentação fundiária, uniformizar a implantação dos projetos fundiários e intensificar a execução da Lei nº 4.504, de 30/11/64 (Estatuto da Terra), a fim de assegurar o cumprimento do princípio constitucional da função social da propriedade e contribuir para o aumento geral da produtividade rural. Objetiva também possibilitar ao homem do campo a oportunidade de explorar, com a força do seu trabalho, a cultura da terra mediante a concessão de uso de imóvel, público ou particular, na forma do Decreto-Lei nº 271, de 28/02/67; e

b) participar em projetos de construção de casa para o trabalhador rural, sendo que já foi instituído um programa para financiamento para projetos de casa ao trabalhador rural, através do Banco Nacional de Habitação.

As atividades do Programa Nacional de Política Fundiária para a consecução de seus objetivos são as seguintes:

a) regularização fundiária, inclusive quando da execução de medidas previstas nas políticas florestal e indigenista, que interferem nos projetos de ocupação de terra;

b) zoneamento, cadastro e tributação;

c) colonização e execução de projetos de reforma agrária; e

d) desenvolvimento rural.

O novo Ministério tem assim inúmeras atividades e atribuições, esperando-se que se transforme num Ministério da Terra e contribua efetivamente para resolver os problemas fundiários brasileiros, principalmente no Nordeste e na região da fronteira agrícola.

No que diz respeito ao mercado de produtos, em outubro o preço de garantia do trigo para um ph de 79 foi elevado para Cr\$3.436,30/sc. de 60kg e em novembro para Cr\$3.676,80/sc. de 60kg, tendo em vista a correção cambial no período. Esses preços estão dentro das expectativas dos produtores, apesar das elevadas perdas de produtividade ocasionada por ataque de doenças em função das condições climáticas.

Também foi corrigido o preço de garantia do café, pela variação da correção cambial do terceiro trimestre do ano. Assim, a partir de 01/10/82 o preço de garantia para o café tipo 6 e isento de gosto Rio-zona foi para Cr\$21.440,00/sc. de 60kg beneficiado.

Sobre as políticas de estímulo à exportação de produtos agrícolas in-natura ou processado, foi eliminada a incidência do IPI em farinha de milho, sêmola de milho, milho degerminado, óleo de milho (em bruto) e farelo de germen de milho peletizado. Também no caso do algodão, as isenções de ICM, para as produções do Paraná e São Paulo para a exportação, foram prorrogadas para até 31/03/84.

Ao nível do mercado de fatores, as políticas implementadas foram as seguintes: redução para 5% das alíquotas "ad valorem" do Imposto de Importação incidente em matérias-primas destinadas exclusivamente à produção de defensivos animais; isenção do imposto de importação de uréia destinadas à preparação e/ou fabricação de fertilizantes e isenção de ICM às saídas de sementes certificadas ou fiscalizadas.

Na área de financiamento agrícola, foram incluídos na lista de municípios de atuação do PROBOR III, para plantio de seringueira e produção de mudas, mais 115 municípios do Estado. Ao mesmo tempo, foi fixado o novo valor de referência para o Estado, de Cr\$11.255,00, o que altera a classificação do produtor que contrair crédito rural a partir de 01/11/82, uma vez que o valor anterior era de Cr\$7.768,00.

Em fins de outubro, foi fixado o novo salário mínimo regional

em Cr\$23.568,00 a vigorar a partir de novembro, de acordo com a variação do INPC semestral, mas sem o acréscimo dos 10%, utilizado nas correções dos salários de 1 a 4 mínimos. Assim, a não inclusão de mais 10%, acaba afetando os salários rurais que, em geral, estão em torno do mínimo.

COMPORTAMENTO DE PREÇOS

O índice geral de preços recebidos pelos agricultores paulistas de 1982 apresentou uma sensível melhora relativamente ao mês anterior, com uma variação de 5,7%, derivada de acréscimo de 10,7% no índice de preços de produtos vegetais, e de um pequeno decréscimo no de produtos animais de 0,7% (figura 1).

Dentre os produtos vegetais, mandioca (38,7%), cebola (33,4%), milho (18,4%), batata (13,7%), banana (12,5%), mamona (11,5%), arroz (10,8%), feijão (8,9%) e café (8,3%) tiveram os maiores aumentos no mês. A participação desses produtos no índice mensal de preços recebidos pelos agricultores foi de, respectivamente, 2,04%, 0,79%, 7,95%, 3,23%, 0,76%, 0,76%, 7,79%, 2,12% e 25,25%. Para os produtos animais, os ovos (20,8%) e bovinos (0,1%) contribuíram negativamente para o resultado do grupo, itens estes que sofreram a maior variação no índice de produtos animais do mês passado. Estes produtos participaram com 1,78% e 24,76%, respectivamente, no índice de preços recebidos.

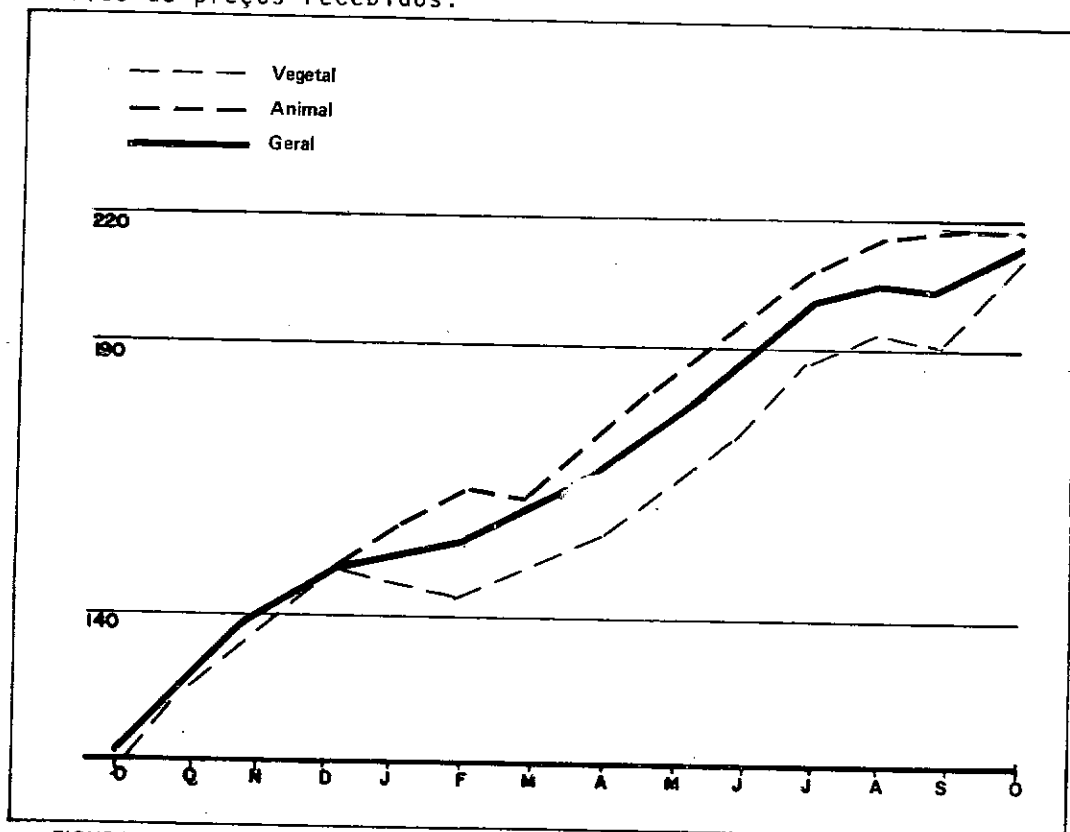


FIGURA 1. - Evolução do Índice de Preços Recebidos pelos Agricultores no Estado de São Paulo, Outubro de 1981 a Outubro de 1982. Base: 1961-62 = 100.

A análise comparativa do Índice no mês com o mesmo do ano anterior mostra que cebola (421,6%), suínos (141,6%), arroz (130,8%), café (117,8%) e chá (115,5%) tiveram aumentos maiores do que a inflação verificada no período. Em termos reais, de cruzeiros de outubro de 1982, estes aumentos representaram 166,2%, 23,3%, 17,8%, 11,2% e 10,0%, respectivamente. No agregado, o Índice geral de preços recebidos registrou acréscimo de apenas 65,6% em valores nominais.

O Índice geral de preços pagos pela agricultura, em outubro de 1982, cresceu 4,1% em função de uma variação positiva de 4,8% no índice de insumos adquiridos fora do setor agrícola e de 2,5% nos adquiridos no próprio setor (figura 2). Os itens adquiridos fora do setor agrícola que tiveram os maiores aumentos foram utensílios e ferramentas (8,9%), adubos (6,5%), aquisição de máquinas e equipamentos (6,3%), alimento de origem industrial (5,6%) e vacina e medicamento (5,2%). O item alimento de origem agrícola apresentou a maior variação do índice de insumos adquiridos dentro do setor, com 16,6%, e animal de produção e a menor variação, da ordem de -1,0%.

Relativamente ao mesmo mês do ano anterior, o índice de preços pagos obteve acréscimo de 83,8%, sendo de 91,2% a variação dos insumos adquiridos fora do setor agrícola e de 69,2% para os consumidos no próprio setor. Itens como reparo a aquisição de máquinas e equipamento, com 114,6%

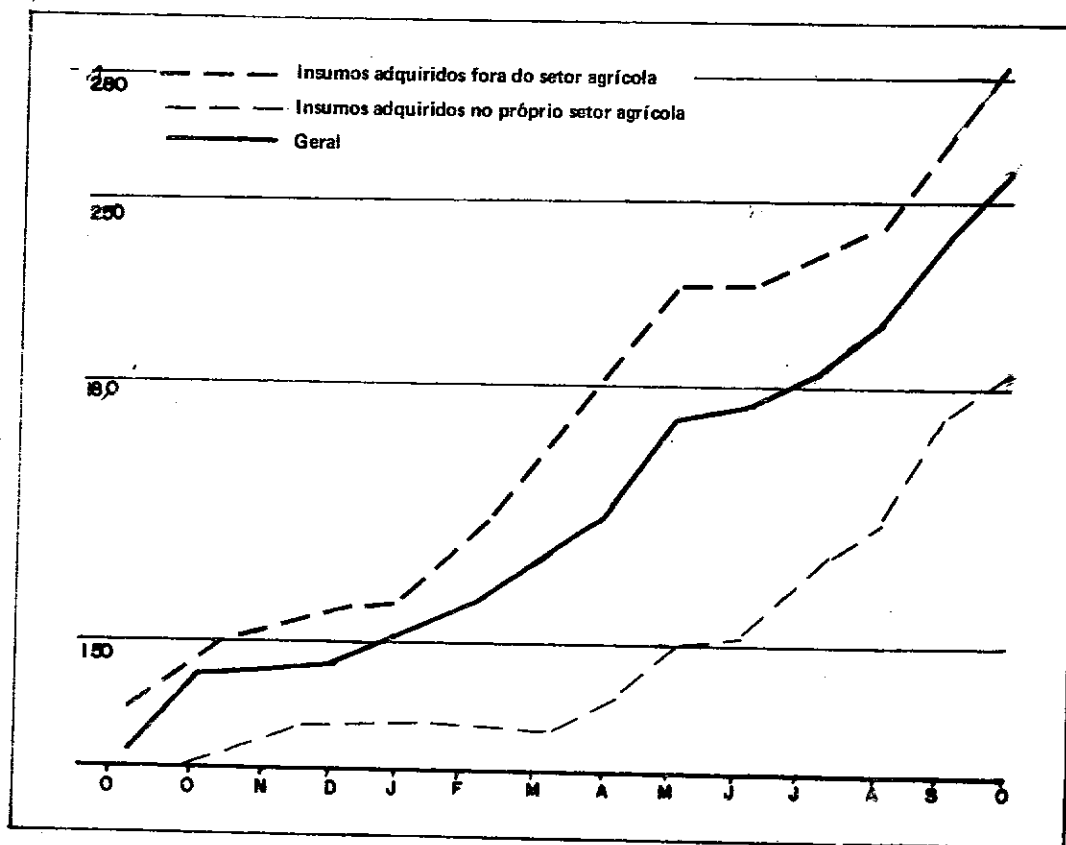


FIGURA 2. - Evolução do Índice de Preços Pagos pela Agricultura Paulista, Outubro de 1981 a Outubro de 1982. Base: 1961-62 = 100.

e 107,2% respectivamente, inseticida e fungicida (103,2%) e construção e reparo (100,4%) experimentaram aumentos maiores do que a inflação do período. A menor variação coube novamente a alimento de origem agrícola, com 65,5% apenas. No agregado, o índice geral de preços pagos apresentou acréscimo de 83,8%.

Da relação entre dois índices gerais de preços recebidos e pagos pela agricultura resulta o índice de paridade (83,95%), que apesar de sofrer uma leve elevação relativamente a setembro (1,55%) continua inferior a 100, significando novamente perda do poder aquisitivo do agricultor. Esta perda se acentua quando se toma a relação entre índice geral de preços recebidos e índice de preços de insumos adquiridos fora do setor, que ficou ao nível de 76,26 (figura 3).

Comparando-se a variação do índice de preços recebidos (IPR) pelos agricultores paulistas com a variação do índice geral de preços (IGP-DI), nota-se que neste mês o setor agrícola teve um comportamento pouco melhor do que os anteriores, apesar de ainda estar sendo prejudicado pela inflação. Os acréscimos no IPR e IGP foram, respectivamente, de 5,7% e 4,8%. O comportamento do índice de preços por atacado, para o item alimentação, foi neste mês inferior aos outros dois, com uma variação de 4,4% (figura 4).

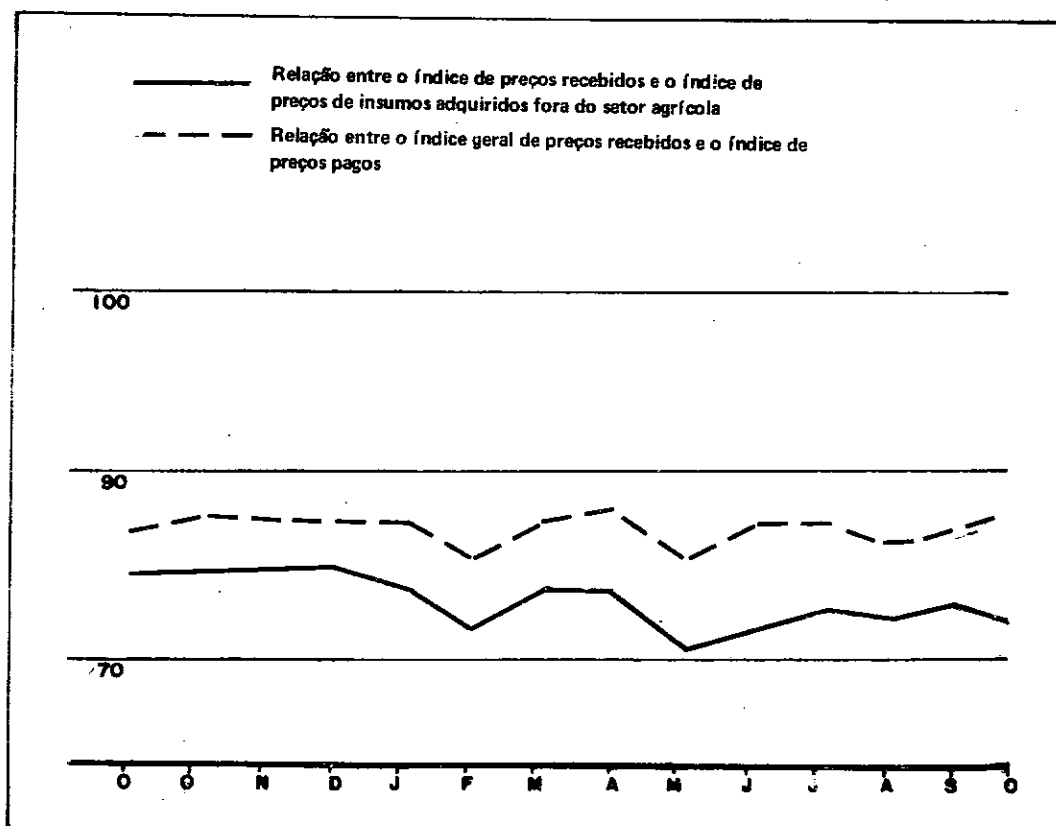


FIGURA 3. - Evolução do Índice de Paridade no Estado de São Paulo, Outubro de 1981 a Outubro de 1982.
 Base: 1961-62 = 100.

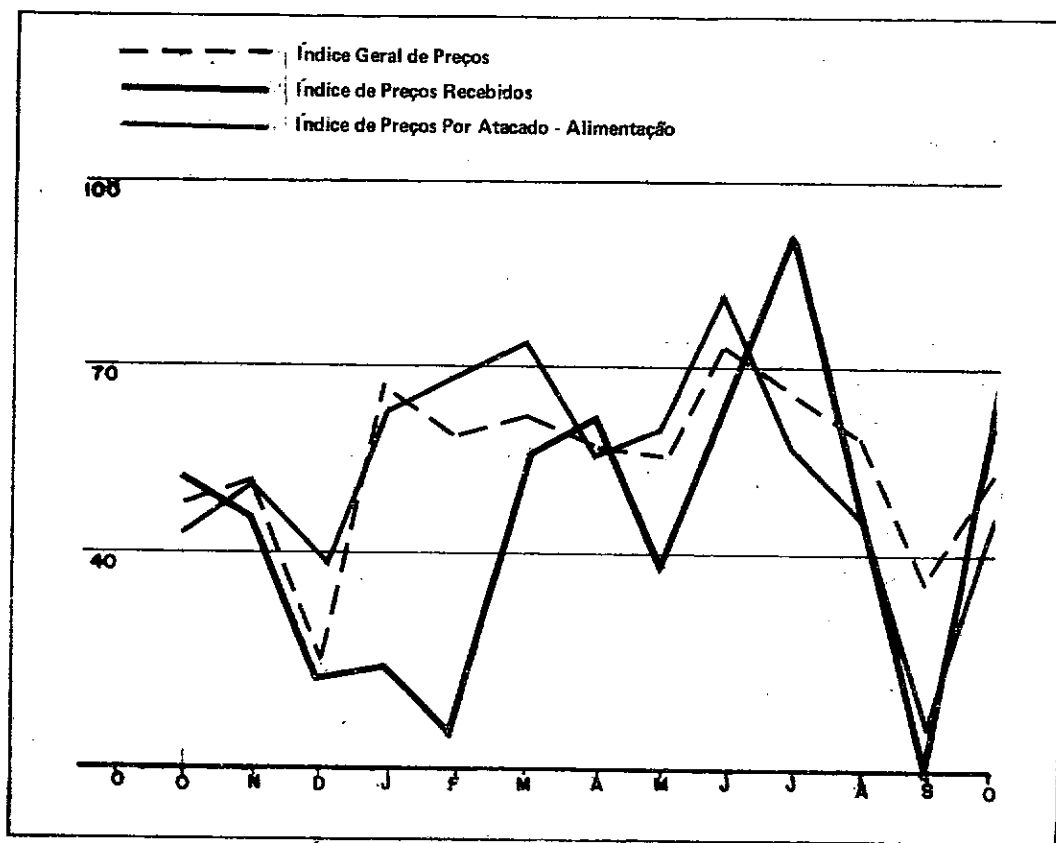


FIGURA 4. - Evolução do Índice de Preços Recebidos pelos Agricultores Paulistas do Índice Geral de Preços e do Índice de Preços por Atacado-Alimentação, Outubro de 1981 a Outubro de 1982.

CESTA DE MERCADO

O valor total da Cesta de Mercado em outubro de 1982 atingiu a importância de Cr\$28.205,89, representando acréscimo de 3,2% em comparação ao mês anterior, taxa essa inferior à observada no mesmo período de 1981 (3,4%). A evolução nos últimos 12 meses, outubro de 1981 a outubro de 1982, foi de 83,5% (quadro 1).

Analisando-se os produtos segundo seus subgrupos, verifica-se que houve maior elevação para os produtos de origem vegetal (3,5%), do que para os de origem animal (2,7%), sendo que as respectivas participações no total geral foram de 59,9% e 40,1%.

Os produtos que mais contribuíram para o aumento dos vegetais foram laranja com 24,1%, cebola com 17,7%, tubérculos com 7,5% e alface com 3,1%. As quedas ocorreram com tomate (-5,7%) e macarrão (-3,8%).

O arroz sofreu acréscimo de 27%, enquanto que o feijão registrou queda de 1,1%. Nota-se em outubro a elevação do preço do açúcar, com aumento percentual de 19,5%.

Nos produtos animais, verificou-se aumento para carne suína (6,1%), aves (3,4%) e carne bovina (3,3%), observando-se também ligeiro declínio para derivados do leite: -1,6%.

QUADRO 1. - Variações Percentuais da Cesta de Mercado, São Paulo, 1982

Mês	Variação em relação a		
	Mês Anterior	Dez. 1981	Mesmo mês de 1981
Jan.	4,4	4,4	74,0
Fev.	4,9	9,5	73,6
Mar.	7,2	17,5	77,9
Abr.	4,2	22,3	76,4
Mai.	5,7	29,3	84,1
Jun.	8,7	40,6	95,5
Jul.	7,1	50,6	98,7
Ago.	5,7	59,2	89,2
Set.	2,3	62,9	83,9
Out.	3,2	68,0	83,5

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 2. - Variações Percentuais dos Custos de Alimentação, Produtos de Origem Vegetal, Produtos de Origem Animal e do Total da Cesta de Mercado em Relação ao Mês Anterior, na Cidade de São Paulo, 1981 e 1982

Mês	Produtos de origem vegetal		Produtos de origem animal		Total	
	1981	1982	1981	1982	1981	1982
Jan.	8,0	4,1	9,3	4,9	8,5	4,4
Fev.	6,2	5,2	3,5	4,5	5,2	4,9
Mar.	5,8	8,7	3,0	4,7	4,7	7,2
Abr.	4,7	0,9	5,5	9,8	5,0	4,2
Mai.	-0,2	8,0	3,6	2,2	1,3	5,7
Jun.	2,3	9,1	2,5	8,0	2,3	8,7
Jul.	3,7	1,1	8,0	17,4	5,4	7,1
Ago.	13,8	7,1	6,9	3,7	11,0	5,7
Set.	6,1	1,4	4,0	3,7	5,3	2,3
Out.	5,0	3,5	2,4	2,7	3,4	3,2
Nov.	4,1	...	3,1	...	3,7	...
Dez.	6,9	...	2,8	...	5,3	...
Variação média mensal	5,4	4,9	4,6	6,2	5,1	5,3
Variação acumulada ⁽¹⁾	87,9	60,7	70,4	80,3	80,9	68,0

⁽¹⁾ A variação acumulada de 1981 tem como base dezembro de 1980 e a variação acumulada de 1982 tem como base dezembro de 1981.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.